

## Existência evangélica e política do ressentimento: por uma crítica da sujeição religiosa

ALEXANDRE MARQUES CABRAL\*

### Resumo

O presente artigo tem como intuito central promover uma crítica filosófica ao caráter ressentido da práxis política evangélica brasileira. Para tanto, buscamos promover uma tipologia do modo de ser hegemônico evangélico, por meio de uma análise de propostas das bancadas evangélicas e de narrativas outras que consolidam traços existenciais preponderantes do modo de ser evangélico. Nesse sentido, o caráter ressentido da política evangélica é um desdobramento de um tipo existencial religioso, que almeja a automanutenção através da anulação do direito de ser de diversas alteridades.

**Palavras-chave:** ressentimento evangélico; filosofia da religião; política evangélica.



\* ALEXANDRE MARQUES CABRAL é Doutor em Filosofia (UERJ) e em Teologia (PUC-RJ), professor adjunto do Departamento de Filosofia da UERJ e do Colégio Pedro II.



Teses diante de uma multidão, de Julius Hübner

### Introdução

O cenário político-social nacional impõe cada vez mais a tarefa de se pensar o que poder-se-ia chamar de *questão evangélica* no Brasil. O devir-evangélico tornou-se uma questão digna de ser problematizada. Contudo, a amplitude da questão exige um enfrentamento perspectivístico não para abarcar sua totalidade, mas para imergir em sua complexidade, sem pretensão de exauri-la. Por um lado, deve-se levar em conta que o que aqui está sendo chamado de questão evangélica é composta por uma multiplicidade de instituições, denominações eclesiais, formas de ser, discursos, códigos morais cristãos, práticas heterogêneas, que de certa forma se articulam, formando uma unidade dinâmica, isto é, um corpo aberto. Por outro lado, antes de qualquer abordagem crítica, faz-se mister compreender o fenômeno em questão. Trata-se de uma questão de caráter metodológico, segundo a qual a abordagem de um fenômeno histórico-cultural complexo e dinâmico exige compreensão e não explicação causal, que reduzisse a

especificidade de um acontecimento histórico às bases monolíticas de certos princípios históricos causais. Sem entrar nos detalhes desta diferenciação, pode-se dizer, em consonância com Hannah Arendt, que a compreensão é uma tarefa contínua de uma lida não exaustiva com certo fenômeno. Como ela diz: “A compreensão é interminável e, portanto, não pode produzir resultados finais; é a maneira especificamente humana de estar vivo, porque toda pessoa necessita reconciliar-se com um mundo em que nasceu como estranho e no qual permanecerá sempre um estranho, em sua inconfundível singularidade”. (ARENDR, 1993, p. 39)

O mundo aqui considerado é o *mundo evangélico*. A estranheza desse mundo deve ser penetrada de alguma forma, ainda que sem a pretensão de apreendê-la e capturá-la em sua polimorfia. Isso porque trata-se de um mundo de proporções descomunais, uma vez que os evangélicos formam um conjunto que abarca as chamadas Igrejas protestantes históricas (luteranos, presbiterianos, metodistas, batistas, anglicanos etc.),

além de Igrejas pentecostais e neopentecostais. No que concerne ao presente trabalho, deve-se dizer que o que se entende por questão evangélica relaciona-se, sobretudo (mas, não exclusivamente), com os grupos evangélicos que apoiam e/ou compõem as conhecidas bancadas evangélicas. Conseqüentemente, a questão evangélica é marcada antes de tudo por grupos evangélicos pentecostais, neopentecostais e por uma camada significativa de Igrejas protestantes históricas, que apoiam tais bancadas, sobretudo por causa da convergência que há entre seus pressupostos morais e as bases morais que atravessam as bancadas em questão. É inviável, para não dizer impossível, abarcar a totalidade dos elementos estruturais da questão evangélica. Por isso, propomos um recorte específico. Pretendemos articular a formação existencial evangélica por meio de algumas práticas do que poder-se-ia chamar de *política do ressentimento*. Como ainda deve ficar claro, tal política é constituída por elementos assujeitadores, isto é, o caráter ressentido das práticas políticas evangélicas produz e condiciona subjetividades sujeitadas. A sujeição em questão se refere, no mais das vezes, a elementos ideais de caráter regulador, que visam a normatizar a totalidade da existência de pessoas autônomas evangélicas. A fabricação de sujeição é, a um só tempo, um acontecimento histórico e social. Por esse motivo é que falamos que a sujeição existencial evangélica possui matriz política, caso identifiquemos o âmbito da política com o lugar de realização das dinâmicas de poder – poder entendido como a relação agonística de forças heterogêneas, que, como bem mostrou Foucault, formam redes hegemônicas, atravessando e condicionando saberes, práticas econômicas, valores morais, desejos,

modos de existência (subjetividades) etc. (Cf. FOUCAULT, 1985, cap. IV). Nesse caso, a relação entre poder e existência possui, como observou Judith Butler, um paradoxo peculiar, a saber, o poder instaura o sujeito e, nesse mesmo movimento de instauração da subjetividade, produz sujeição. (Cf. BUTLER, 2017, Introdução). Esse paradoxo deve ser explorado no presente artigo. É preciso pensar a fabricação evangélica de existências sujeitadas. Subjetivação evangélica e sujeição também evangélica – eis o que aqui está em jogo.

Como entrar nessa problemática relação entre subjetividade evangélica e sujeição? Como compreendê-la, sem capturá-la conceitualmente? Uma excelente porta de entrada é a articulação entre certas narrativas politicamente hegemônicas das chamadas bancadas evangélicas e a normatização moral aí em jogo, que possibilitam a política ressentida evangélica. Com isso, levamos em conta duas considerações centrais: a) a sujeição existencial evangélica, no Brasil, depende de práticas políticas de normatização moral dos indivíduos em geral e não somente dos evangélicos; e b) a produção de sujeição político-existencial por parte das bancadas evangélicas e por parte das Igrejas evangélicas que nutrem práticas e discursos semelhantes a tais bancadas é signo do elemento ressentido que atravessa e condiciona o que anteriormente chamamos de mundo evangélico. Dessa forma, as práticas políticas evangélicas, em geral, produzem como efeito a regulação moral dos indivíduos e a perseguição e anulação de práticas discordantes.

Como modo de abordagem da relação entre existência evangélica, política do ressentimento e sujeição, propomos inicialmente a construção do que

consideramos os contornos qualitativos centrais da existência evangélica por meio de uma caracterização tipológica. O que entendemos por *tipo* identifica-se inteiramente com aquilo que fora pensado por Nietzsche, a saber, a produção de uma lente de aumento mediante a qual certo estilo de existência que conduz indivíduos, instituições, conceitos e coletividades pode ser visto, compreendido e descrito, sem que anule as variações possíveis de suas manifestações. Como mostrou Paschoal, a noção nietzschiana de tipo é “um recurso para explicitar um modo de vida, [e] não envolve o propósito de atacar diretamente alguma pessoa, mesmo quando os tipos de homem são construídos a partir de figuras históricas estilizadas” (PASCHOAL, 2014, p. 133). O tipo, portanto, assinala mais uma dinâmica do que uma essência fixa; mais uma performance qualificada do que uma identidade imutável. Por isso, o tipo é um recurso metodológico para se visualizar certos modos de constituição histórico-política da subjetividade, possibilitando ampliar o arco de compreensão de um determinado fenômeno humano. Levando adiante o caráter crítico do projeto genealógico nietzschiano no interior do qual no mais das vezes as tipologias são produzidas, ao produzir certos traços do que consideramos ser o tipo evangélico, podemos nos posicionar criticamente e resistir ao caráter ressentido de sua atuação histórico-política. Importa, então, antes de tudo, construir, em linhas

gerais, os traços essenciais do tipo evangélico e conectá-los ao que estamos chamando de política do ressentimento. Por fim, algumas caracterizações críticas poderão ser realizadas, sem retirar do presente estudo seu caráter ensaístico.

### 1. Do tipo evangélico à política do ressentimento.

O espírito transgressor de Lutero e dos demais reformadores do século XVI parece não ter sido ouvido pela quase totalidade das Igrejas evangélicas presentes no Brasil. Seus discursos e práticas não mais são inspirados pela conhecida liberdade evangélica que tanto animou os pensadores protestantes no início da reforma.<sup>1</sup> Aliás, como sabido, se o adjetivo “evangélico” fora criado por Lutero para que aqueles que pertenciam ao movimento reformador pudessem se diferenciar dos “papistas” (católicos) (Cf. ALVES, 2004), o motivo principal estava na experiência da liberdade, automaticamente negada a todos aqueles/as que se tornavam reféns das mediações institucionais católicas em todas as suas esferas: moral, teológica, ritualística, sacramental etc. Talvez não haja contradição maior no fato de que as atuais Igrejas evangélicas brasileiras tenham transformado o adjetivo “evangélico” em uma fonte contínua de controle moral, de práticas persecutórias, de fundamentalismos os mais diversos, sem contar os interesses políticos mais próximos da promoção de práticas escravagistas, como acontece quando as bancadas evangélicas apoiam

<sup>1</sup> Em uma passagem paradigmática de *A liberdade do cristão*, Lutero afirma: “Vemos, então, que a um cristão basta a fé e ele não necessita de nenhuma obra para ser justo. Uma vez que, se ele não necessita mais de nenhuma obra, é porque certamente está desobrigado de todos os mandamentos e todas as leis, e se está desobrigado, ele certamente será livre. Essa é a liberdade cristã: é unicamente a fé, é ela que faz, não que nos tornemos ociosos ou maus, mas que

não necessitemos de obra alguma para obtermos a justiça e a bem-aventurança”. (LUTERO, 1998, §10, p. 35). Trata-se da ideia segundo a qual a fé liberta o ser humano das mediações eclesiástico-mundanas e o libera para o serviço ao próximo por meio do amor. Ora, nesse caso, o amor não é uma ponte para a salvação, mas o desdobramento da fé, que, por ser (a fé) o índice de atuação da graça salvífica de Deus, não necessita funcionalizar nada em nome da salvação.

a “bancada do boi”, cujos interesses muitas vezes exigem a diminuição de direitos trabalhistas de trabalhadores do campo. Não é à toa que grande parte das Igrejas evangélicas brasileiras surgiu no século XIX, provenientes do sul dos Estados Unidos, sendo explicitamente a favor da escravidão e tendo comprado escravos logo que chegou em terras brasileiras. Até hoje é difícil imaginar pastores protestantes com escravos em casa. Talvez seja essa uma das principais condições históricas que possibilitaram, qual ovo da serpente, o surgimento dos atuais evangélicos brasileiros. Escravagismo, anti-catolicismo, liberalismo econômico estadunidense, racismo, submissão da mulher, homofobia – eis alguns ingredientes presentes nas missões evangélicas estadunidenses no Brasil, que ajudaram e condicionaram o atual movimento evangélico brasileiro. (Cf. CUNHA, 2007, p. 37-44)

Como selecionar algumas notícias sobre os “evangélicos” brasileiros e suas relações extremamente preocupantes com a cultura, sobretudo com a política nacional, com a finalidade de se construir o tipo evangélico? Com a finalidade de propor os contornos essenciais do tipo evangélico, é necessário, neste momento, realizar uma pintura talvez caricata do *life style* evangélico, por meio da escolha de alguns acontecimentos recentes disso que pode-se chamar, sob inspiração de Darcy Ribeiro, de imbecilidade religiosa desinibida, isto é, as práticas fanático-fundamentalistas de certos grupos e instituições evangélicas. Buscaremos fazer algo que poder-se-ia considerar um caleidoscópio, porém, sem a pretensão de buscar confeccionar qualquer beleza com a junção dos cacos. Um dos “cacos” centrais dessa composição identifica-se com a estrutura ressentida do movimento hegemônico evangélico. Ora, diante

desse caco, certamente, algumas práticas protestantes aparecerão como exceção, confirmando assim a tipologia ora caracterizada.

Antes do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, apoiado maciçamente pela bancada evangélica da câmara federal, os políticos evangélicos já davam as caras, já deixavam vir a lume seu modo de ser. Não realizavam o que alguns chamariam de bizarrices esporádicas, mas davam voz um projeto bizarro, que funcionaliza a política institucional a serviço de interesses claramente violentos. Engana-se quem pensa que esse projeto é regionalizado, apresentando-se em algum lugar específico, como a câmara federal ou o senado. Antes, ele é multipolar, difuso, plural, porém orquestrado, planejado por “cabeças pensantes” de todos os cantos do país. A unidade que atravessa essa pluralidade pode ser vista na atuação das chamadas bancadas evangélicas. Estas bancadas perpassam assembleias legislativas estaduais, câmaras municipais, o senado, ministérios da presidência da república etc. Contudo, não ganham força somente nos espaços institucionais políticos. As bancadas evangélicas articulam-se com interesses eclesiais que se consolidam com o “clamor” dos fiéis evangélicos de todo país. Por isso, sob apelo e conivência do “povo de Igreja”, no âmbito político, a força evangélica expressa-se no seu caráter suprapartidário e na construção de uma agenda comum, com temas irrelevantes para as transformações estruturais da sociedade, pois seus temas sequer tocam explicitamente na desigualdades sociais que atravessam de ponta a ponta o país. A agenda política evangélica nada tem a ver com a agenda da teologia da libertação – está centrada na interrupção dos processos de exclusão e no combate radical à produção da pobreza, por meio de um modo de

produção norteador pela lógica do mercado e pela descartabilidade humana e ecológica que a anima. A pobreza não é questão para a agenda política evangélica. A política evangélica é, no mais das vezes, individualista, narcisista, discriminatória, moralista, reacionária e persecutória. Pobreza? Racismo? Fome? Miséria? Homofobia? Transfobia? Lesbofobia? Nada disso. Importa conseguir terrenos para novos templos, refinar dívidas das Igrejas, mudar nomes de praças e ruas e renomeá-las com termos “evangélicos”, angariar financiamento público para ONGs evangélicas, marchas para Jesus e shows de bandas gospel, além, é claro, de disseminar a “palavra de Deus” por meio do aparelho político e veicular e impor códigos morais universalmente válidos.

Aos 12 de abril de 2013, na primeira Igreja batista de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, ocorreu um encontro inusitado. Eram 350 pastores, 25 parlamentares e centenas de fiéis. Não estavam ali para cultuar a Deus. Estavam ali para o Encontro Estadual de Lideranças Evangélicas. O presidente do Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política (Fenasp) estava ali para valorizar o evento que iria criar a Frente Parlamentar Evangélica da cidade. Naquele local, as lideranças evangélicas conscientizavam-se de que era preciso estratégia para dominar. A sociedade é um campo de batalha e ajustar o exército evangélico é necessário para ganhar a guerra. Não se trata de qualquer guerra. Trata-se, sim, de uma “guerra santa”, em pleno século XXI. Implementar os valores cristãos e as práticas de santidade à luz da criação de leis e observância das mesmas – eis o sentido da guerra evangélica. Nessa batalha, há muitos inimigos. Eles devem ser convertidos, silenciados ou destruídos. Por isso, desde 2012, as frentes parlamentares evangélicas (FPEs) têm crescido no país

inteiro, sobretudo nos municípios. Em 2013, por exemplo, o conhecido pastor Wilton Acosta afirmou com todas as letras: “O objetivo [das frentes parlamentares evangélicas] é verticalizar a pauta parlamentar nacional, aprovando leis em todas as assembleias e câmaras. Todas.” (VIEIRA; MARTINS, 2013, p. 21). Nada mais claro. Produzir leis baseadas em valores considerados evangélicos – eis a proposta política central dos evangélicos. A questão toda está no teor do adjetivo “evangélico”, que qualifica essas leis. Ser evangélico, nesse caso, é pertencer a um exército, é ter a missão de corrigir um país, a começar pela práxis política municipal. A estratégia faz sentido. Domina-se o micro e, paulatinamente, o macro é controlado. Obviamente, as leis que regulam o país não são produzidas somente pelos municípios e/ou Estados. Entretanto, jurisprudências são produzidas no âmbito micro, ou seja, nos municípios, sobretudo. Por isso, algumas jurisprudências devem ser impedidas a qualquer custo, nos municípios e nos Estados. O progresso no código civil em relação ao casamento homoafetivo e ao aborto, por exemplo, deve ser freado no nível molecular. Em outros termos, os avanços das lutas das minorias em geral devem ser barrados. Daí a fala caricata do então vereador Herculano Borges, do Partido Social Cristão (PSC), de Campo Grande (MS): “Quando barramos as propostas deles [gays, defensores da liberação e legalização da maconha, feministas defensoras da legalização do aborto] no Congresso, eles tentam implantá-las nas cidades e estados. Aí criam jurisprudência. Não vamos permitir isso.” (Idem).

A estratégia tem dado certo. Rapidamente as bancadas evangélicas cresceram. A representatividade do projeto expansionista evangélico ganhou força e ainda ganha. Ainda que não seja

maioria nas casas parlamentares do país, as bancadas evangélicas têm crescido assustadoramente. Com isso, muitas de suas propostas são realizadas. Para tanto, os evangélicos fazem alianças diversas, com o intuito de barganhar voto e conseguir seus objetivos. Ora, se a pobreza, a miséria, o analfabetismo, a violência não são focos da práxis política evangélica, quais são seus projetos? Replica-se aqui alguns dos exemplos mais caricatos, para que o óbvio venha à tona. Eis um pouco do que alguns parlamentares evangélicos propuseram até 2013:

- Lei da calcinha: a lei exige que as noivas se casem vestidas com roupa íntima, além de regular o decote dos vestidos das mulheres (Vila Velha/ES);
- Púlpito Pop: lei que declara que o culto evangélico é patrimônio imaterial da cidade de São Paulo (São Paulo/SP);
- Lei do banheiro gay: cria um banheiro exclusivo para quem se declara gay, lésbica, travesti ou transgênero, para tais pessoas assim designadas não se messem com cisgêneros heterossexuais (São Paulo/SP);
- Lei da moeda divina: impede a retirada da expressão “Deus seja louvado” nas notas de real (Congresso Nacional);
- Dia do macho: institui o dia do orgulho hétero no calendário, em resposta ao dia do orgulho gay (São Paulo/SP). (Ibidem, p. 23)

Esses projetos de lei, obviamente, são exemplos notórios de que o sentido da atuação evangélica nos parlamentos é ser a caricatura do reacionarismo político-ideológico. As propostas políticas das

bancadas evangélicas não passam de caricaturas de um projeto de controle moral generalizado, com fortes acentos antidemocráticos, uma vez que, grosso modo, não se interessam pela promoção da diversidade de opiniões, valores, crenças, orientações sexuais, tampouco propõem medidas políticas de combate às desigualdades sociais, desigualdades de gênero, desigualdades econômicas etc. O que assusta é que isso não é risível. O mais grave talvez seja que o “espírito” das bancadas evangélicas está costurando e atravessando muitas práticas culturais, que vão além dos núcleos expressamente evangélicos. Bancadas evangélicas representam pessoas evangélicas de um modo inusitado: dando expressão ao narcisismo generalizado que anima grande parte das suas Igrejas. Se Narciso destruiu-se por apaixonar-se por sua imagem refletida na superfície das águas, o que o levou a definhá-lo na beira do rio onde contemplava a si mesmo, o narcisismo evangélico destrói tudo e todos que não se adequam à sua imagem. Querer ver o próprio rosto em tudo aquilo que não se identifica consigo – eis a “alma” da política evangélica no Brasil. Trata-se de uma característica que deriva diretamente das práticas narcisistas das Igrejas: querer que a totalidade da cultura brasileira tenha face evangélica ou seja conformada aos valores e modos de ser evangélicos. (Cf. CASANOVA, 2017).

Se a práxis política evangélica quer ver o mundo tornar-se evangélico, várias são suas estratégias de implementação de seu narcisismo. Talvez a mais chamativa seja se apropriar de tudo aquilo que ela considera “mundano”, “ímpio”, “demoníaco” e transformá-lo em voz das verdades evangélicas.<sup>2</sup> A música gospel

<sup>2</sup> O que atualmente parece ter sido generalizado, tem suas raízes no século XIX. Neste século, com

as missões evangélicas sendo implementadas no Brasil, sobretudo por meio das Igrejas

está repleta desses exemplos. Se o ritmo baiano “axé” é instrumento de Satanás, o “axé gospel” ou “axé de Jesus” – este sim é de Deus. O mesmo vale para boates, sempre usadas pelo “inimigo” para destruir o ser humano; porém, as igrejas promovem boates de Cristo, baladas de Jesus e, então, está tudo certo, pois lá toda música é “abençoada”: até o funk é de Jesus. E o surf – não era coisa de “maconheiro”? Na Igreja Bola de Neve, o altar é uma prancha e o surf está redimido. Trata-se de uma prática tentacular: apropriar-se dos instrumentos do “demônio” e ressignificá-los, para tornar os endemoninhados cristãos. Se isso pode ser visto como uma estratégia de marketing que tem dado certo na “evangelização evangélica”, sua lógica talvez tenha chegado aos estertores de sua força, com as bancadas evangélicas.

Não se trata, agora, de mimetizar os instrumentos do “Diabo” para converter pessoas. A política evangélica combate o “inimigo” não mais necessitando de conversões. Ela os marginaliza, os destrói pelas bases, impede sua proliferação, não os deixa criar raízes; porém, quando suas raízes parecem ter crescido, os políticos evangélicos lutam para arrancá-las, destruí-las. A “política evangélica” não consegue e nem pretende, na maioria das vezes, converter à força. Entretanto, consegue impedir visibilidades de grupos dissonantes; consegue impedir a criação de novos direitos para pessoas inadequadas aos valores “evangélicos”. Pior ainda. A

bancada evangélica no Congresso Federal aplica-se com afinco a “evangelizar” a constituição. Muitas PECs são criadas para readequar a constituição federal aos propósitos “evangélicos”. Outras PECs são inviabilizadas para não garantirem direitos a quem não vive “direito”. Sem contar as novas propostas de lei, que devem garantir a disseminação de valores evangélicos. Vale a pena lembrar que a chamada “Escola sem partido” é um projeto de lei de um senador evangélico, Magno Malta, tendo como propósito central combater a “doutrinação” de esquerda e garantir uma educação “neutra”. Em nome dessa “neutralidade”, o projeto promove a perseguição sistemática a profissionais da educação considerados de “esquerda”, inclusive silencia conteúdos em sala de aula, como a tematização da ditadura militar, a discussão de sexualidade e gênero e das revoluções “esquerdistas” etc. Já houve até a proposta de transformar a “doutrinação” de esquerda em crime hediondo, uma vez que, segundo a bancada federal evangélica, tudo que é de esquerda incita a luta de classes e luta de classes é uma abominação. Porém, o mais visível é que a “política evangélica” quer anular e silenciar a produção de valores não “evangélicos”. Em outras palavras, as bancadas evangélicas se caracterizam por promover guerras morais. Destruir valores, para preservar seus valores – eis a lógica da política evangélica. Destruir os espaços de exercício de novos valores

---

estadunidenses de missão, a demonização evangélica do mundo, incidia sobretudo nas práticas católicas e nas diversas expressões culturais brasileiras, vistas, na maior parte das vezes, como perpassadas pelo elemento demoníaco do catolicismo brasileiro. Por esse motivo, o protestantismo foi, hegemonicamente, inserido no Brasil por meio da exigência de recusa da totalidade da cultura, uma vez que o catolicismo deitou suas raízes em todos os cantos

do solo nacional. Disso se depreende o imperativo de negação cultural, como condição de possibilidade da conversão às comunidades eclesiais evangélicas. Sobre o tema, Cf. MENDONÇA, 1984. Posteriormente, no século XX, essa recusa deslocou-se para o candomblé, espiritismo e umbanda, fora outras práticas consideradas pagãs, como o “demônio” do comunismo.

– eis a estratégia hegemônica da política evangélica. Identificar todo e qualquer perigo para autoafirmação e disseminação dos valores evangélicos – eis o princípio das práticas políticas evangélicas. Assim como as cruzadas nasceram da identificação prévia do inimigo, a política evangélica só ganha força, caso parta de uma oposição a algum inimigo. Eis a lista dos principais inimigos da cruzada política evangélica:

- Minorias sexuais, ou seja, grupos LGBTQNIs: pessoas que colocam em perigo o famoso binarismo macho/fêmea e a “consequente” lógica monogâmico-heterossexual, cujo sentido é produzir prole. Como defender gays, se Deus criou Adão e Eva e não Eva e Ivone ou Adão e Ivo? Direitos para LGBTQNIs? Isso seria promover a perversão e destruir os “propósitos” divinos. Conclusão: mesmo que o Brasil seja o país onde mais se assassina homossexuais e pessoas trans, que essas pessoas continuem morrendo, caso suas mortes venham a perpetuar a monogamia, a heterossexualidade, a procriação e a “família cristã”;

- Movimentos feministas: que perigo! São mulheres que querem subverter a hierarquia; querem retirar a mulher da condição “divina” de serva dos homens. Feministas não; femininas sim – eis um pensamento comum nos discursos evangélicos, defendido sobretudo por mulheres evangélicas. O empoderamento sócio-político das mulheres é diretamente proporcional ao enfraquecimento do masculinismo evangélico. Por

isso, políticas públicas de promoção das pautas feministas são alvos a serem abatidos pela política evangélica;

- Movimentos negros: eis um grande perigo! Lembrando o que fora dito, os evangélicos do século XIX, que vieram para o Brasil por causa das missões evangélicas estadunidenses, eram, na sua grande maioria, escravagistas. Com essa mentalidade, negros e negras só podem ser vistos como essencialmente inferiores, dignos da escravidão. Contudo, os negros e negras escravizados pela coroa portuguesa trouxeram consigo divindades negras, religiosidade negra, espiritualidade negra. Como aceitar isso? Negro bom é negro cristão! Daí a renomeação de escravos através do batismo cristão, sobretudo católico. Com os evangélicos escravagistas, ser negro passou a ser associado a ser idólatra. Mais que isso. Ser negro trouxe consigo o perigo da “macumba” – esse termo pejorativo, que deixou de significar um instrumento musical utilizado em cultos religiosos de matriz africana e passou a classificar a religião de escravos, a religião demoníaca de pessoas inferiores desde o nascimento. Negritude e satanismo se casaram e a missão evangélica passou a ser produzir, nesse caso, o divórcio desse casamento. Em outras palavras, ser negro é trazer consigo os perigos da umbanda e do candomblé. Daí a “capoeira de Jesus”, na Bahia, além do “acarajé de Cristo”, no mesmo Estado. Negro de terno e gravata,

com a bíblia debaixo do braço – eis o ideal evangélico visível a olhos nus. Negra com corpo coberto, cabeça baixa, bíblia na mão, submissa – eis o ideal evangélico realizado. Uma política evangélica não pode aceitar reivindicações dessas pessoas perigosas, pois elas podem trazer consigo as artimanhas do diabo.

Vale destacar, dentro da lógica acima descrita, a famosa PL 122/6, que visa a criminalizar a LGBTfobia, foi terminantemente recusada pela bancada evangélica no Congresso nacional. No que tange à PL 122/6, o sentido do projeto era simples: criminalizar a LGBTfobia, alterando a lei do racismo em vigor, que atualmente inclui a discriminação por causa da cor da pele, etnia, religião e origem nacional. Nesse sentido, a PL 122/6 estaria criminalizando toda e qualquer prática e discurso que discriminem pessoas por motivos de orientação sexual ou identidade de gênero. Isso tornou-se uma questão seríssima para a bancada evangélica. Como ficariam os sermões dos pastores e pastoras contra a comunidade LGBTQNI? Homossexualidade não é pecado? O que uma mulher trans tem a ver com a bíblia? Somente o fato de ser uma pecadora e a bíblia falar de pecado. Desse modo, as igrejas têm o direito de acusar o pecado e propor correção aos pecadores. Em outros termos, as igrejas têm de ter o direito de discriminar, pois, nesse caso, a discriminação alerta, persuade e ajuda a corrigir. Ora, para conscientizar o povo evangélico do perigo dessa PL 122/6, todo arsenal foi utilizado, contando com a mensagem de pastores e pastoras nas emissoras de TV e com o “dom” divino

dos músicos evangélicos. O músico gospel Juninho Lutero é um exemplo notório do que está sendo dito. Animado pela batalha contra a PL 122/6, Juninho criou uma música chamada “Matéria prima original”, cuja letra não será reproduzida na íntegra. Deve-se reproduzir uma parte importante dessa canção (um Rap), que pode ser considerada relevante para se visualizar melhor a lógica política das bancadas evangélicas:

Não quero dizer que ser gay é algo monstruoso  
Só quero ter a liberdade de falar que é um ato pecaminoso  
Eu não sou contra você, sou contra seu estilo de vida  
Sou contra a parada gay que é 100% perversa  
Ao invés de protestarem, se manifestarem  
Contra a homofobia de verdade  
Cometem atentado ao pudor pela cidade  
Eu não concordo, mas respeito sua escolha de sexualidade  
Mas que fique entre quatro paredes seu ato de imoralidade  
Vocês querem promover no Brasil uma ditadura gay?  
PL 122? Sou contra esse projeto de lei!  
Pois não vou ensinar aos meus filhos  
A verem isso como normalidade  
Acredito na bíblia e para mim ela é a verdade.<sup>3</sup>

Não há muito o que comentar dessa obra-prima da homofobia. Que se destaque, contudo, o que pode ser considerado, no mínimo, hipocrisia, que aparece em diversos momentos, sobretudo quando a letra afirma “Não quero dizer que ser gay é algo monstruoso” e adiante diz que o ato de “imoralidade” não pode ser manifestado, pois deve ficar encarcerado

<sup>3</sup> LUTERO, Juninho. “Matéria prima original”. In: <https://www.letas.mus.br/juninho->

[lutero/materia-prima-original](https://www.letas.mus.br/juninho-). Acessado dia 1/07/2018.

dentro de quatro paredes. Em outros termos, o problema da homossexualidade é sua aparição. Se ficar encoberta, escondida, não há problema. Por outro lado, a parada gay, cujo início em 1969 foi um grito de libertação em Nova York da comunidade gay presente no bar Stonewall Inn, é considerada 100% perversa, pois nela ninguém está lutando contra homofobia, mas cometendo atentado ao pudor. Trata-se de um *non sense*. Basta imaginar, então, todas as paradas gays do Brasil, que somam milhões de seres humanos. Que se imagine, em seguida, todas essas pessoas (100%), sem qualquer exceção, cometendo atentado ao pudor: realizando relações sexuais nas ruas, andando nus etc. Mas, o trecho escolhido e reproduzido ainda é mais absurdo, ao afirmar que o autor (em verdade, grande parte das pessoas evangélicas tendem a pensar o mesmo) respeita a “escolha de sexualidade” gay. Contudo, como dito, essa “escolha” não deve se tornar visível. Como é possível respeitar aquilo que não tem o direito de aparecer? Não dá para saber. Deve-se tratar de um respeito “evangélico”, um respeito ainda desconhecido pelos próprios gays. Mas, o pior da letra parece vir depois. A letra relaciona a PL 122/6 à “ditadura gay”. Muitos evangélicos chamaram essa ditadura de *gayzismo*, em uma clara referência ao nazismo. Isso é brincadeira? Será? Como é possível relacionar uma lei que visa a criminalizar a LGBTfobia com o nazismo? Não era o nazismo uma fábrica de cadáveres, isto é, uma fábrica de vidas supérfluas, como pensou Hannah Arendt? (Cf. ARENDT, 2016, p. 605-609) Como o combate à LGBTfobia pode se transformar em uma fábrica de morte? Quer dizer que a lei Maria da Penha e a lei antirracismo produziram uma ditadura das mulheres e das pessoas negras? Ao falar em ditadura gay, o que a música quer é preservar o

direito de não ver a homossexualidade como algo aceitável e a utilizar a bíblia como fonte de legitimidade da invisibilidade gay: “Pois não vou ensinar aos meus filhos/A verem isso como normalidade/Acredito na bíblia e para mim ela é a verdade”. Em outros termos, ter o direito de falar para os filhos que a homossexualidade não é aceitável é garantir que as futuras gerações continuarão a discriminar gays e a produzir sua invisibilidade. O que há de mais “evangélico” do que isso?

O tipo evangélico determina-se por meio daquilo e daqueles que ele recusa. Negar é seu princípio constitutivo. Alguns exemplos. Nega-se os gays, as/os transgêneros, as/os bissexuais, as lésbicas, por serem eles/elas signos de perigo para a estabilidade e hegemonia da “família cristã”. Nega-se qualquer reivindicação das religiões brasileiras de matrizes africanas, por serem elas vozes audíveis dos “demônios”. Nega-se toda reivindicação de movimentos feministas, por serem imorais e inadequadas ao modelo cristão de mulher: submissa aos homens (sobretudo, ao pai e ao marido), pacata, dócil, calada. Por outro lado, afirma-se a força de um código moral, cujo princípio de inteligibilidade e fundamentação é transcendente (Deus), indiscutível e positivado em certas interpretações morais hegemônicas do cânon bíblico. Em outros termos: sem fundamentalismo hermenêutico, o tipo de vida evangélico não encontra legitimidade. O sucesso na aplicação do código teológico-moral possibilita a promoção de uma sociedade com traços cristãos, além de viabilizar a possível salvação de seus indivíduos. Negação e afirmação do código teológico-moral são elementos necessários na estruturação do tipo evangélico. Justamente esses elementos exigem a produção de uma identidade a ser defendida com: a identidade evangélica. Esta só se

estabiliza mediante uma duplicidade específica, a saber, a produção de coesão entre evangélicos (ainda que de denominações distintas) e o estabelecimento de inimigos comuns. Sem os inimigos comuns, a identidade evangélica se dissolve. Daí a necessidade de reiteração contínua dos inimigos a serem combatidos, neutralizados, aniquilados ou silenciados. Sem os inimigos comuns, a autoconsciência evangélica não se viabiliza. Os inimigos comuns são a condição de possibilidade da automanutenção do tipo evangélico. Sobre isso, um excelente texto de Rubem Alves diz:

O primeiro ato de ataque ao inimigo é *defini-lo* como inimigo. Pela definição do inimigo uma comunidade aponta para aquele a quem se deve temer, aquele de quem se deve fugir. O inimigo é aquele que deseja a minha perdição. Inimigo é aquele com quem não se pode nem dialogar nem cooperar. No diálogo, os participantes se definem como companheiros numa busca comum. A cooperação, igualmente, exige que os que nela participam se entendam como amigos comprometidos numa mesma tarefa. O diálogo e a cooperação, portanto, implicam uma dissolução das definições de quem é o inimigo. Numa situação de diálogo ou cooperação, o inimigo deve ser alguém exterior a ela, mas nunca um daqueles que nela participam.

Ora, será que as redefinições são funcionais, quando está em jogo a identidade da comunidade? Digamos de outra forma: se uma comunidade qualquer definiu a sua identidade em termos de dar combate a certo inimigo, que ocorre quando o inimigo se torna amigo? A comunidade em questão perde sua razão de ser, sua função, sua identidade e está condenada a desaparecer. Como poderá São

Jorge sobreviver, se o dragão a que ele dá combate se metamorfosear numa linda donzela? Há situações em que é mais perigosa que o ataque do inimigo a transformação do inimigo em amigo. Isso acontece sempre que a identidade, a missão, a função de uma comunidade dependem do inimigo. Nesse caso, o inimigo deve ser preservado como inimigo a todo custo. As tentativas para se redefinir o inimigo no interior de uma comunidade são, então, equivalentes à traição e à subversão. Esta é a razão por que a Inquisição sempre afirmou que só negam a existência das bruxas aqueles que, secretamente, estão ligados à bruxaria. É bruxaria negar a bruxaria. É heresia negar a heresia. (ALVES, 2005, p. 286-287).

O tipo evangélico se identifica com uma forma de vida que necessita estabilizar sua identidade, que deseja perpetuar sua forma de ser através da anulação, recusa, negação dos grupos, formas de vida, pensamentos, desejos inimigos. Por outro lado, essa negação não se dá somente no nível individual, mas exige coletividade, ou, em termos evangélicos, necessita do rebanho. O rebanho é um elemento fundamental da promoção da identidade evangélica. Ainda que o pensamento protestante do século XVI tenha afirmado a liberdade do crente por meio da fé, o que serviu de desculpa para muito do que considerou ser o individualismo protestante ao longo da história, o tipo evangélico brasileiro só pode ser pensado por meio da coletividade evangélica, isto é, por meio da lógica do rebanho. Sem o espírito gregário, o tipo evangélico não consegue sustentar-se culturalmente. No caso da política evangélica brasileira, as Frentes Parlamentares Evangélicas que sustentam as bancadas evangélicas são signos da unificação de evangélicos de denominações distintas com a finalidade de implementação do código teológico-

moral evangélico como normativo. Daí ser possível dizer que o tipo evangélico é estruturalmente narcísico. O mundo só é viável, se tudo que nele há puder ser traduzido em “idioma” evangélico. (Cf. CASANOVA, 2017). Contudo, mundo é um termo polissêmico. Por um lado, o mundo é criatura de Deus. Por outro, é sinônimo de obstáculo, de realidade secular, espaço da ausência divina. (ALVES, 2005, p. 164). Como espaço do secular, o mundo é um campo de tentações. Estas devem ser anuladas, silenciadas ou destruídas. Tudo que resiste ao tipo evangélico é mundano e deve ser abordado, modificado, transformado.

Candomblé, homossexualidade, feminismo, funk – tudo isso é mundano, tudo isso não pode ter vez, voz, lugar. O narcisismo evangélico exige a violência necessária para anulação dos outros, os não-evangélicos, os inimigos.

Por fim, devemos destacar outro elemento central do tipo evangélico: o medo. O afeto regulador do tipo evangélico é o medo. Trata-se de um medo difuso que encontra na condenação divina seu princípio de justificação. Esse aspecto do tipo evangélico é comum tanto ao protestantismo das chamadas Igrejas históricas, quanto às Igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais. Como mostrou Rubem Alves, o protestantismo tradicional (ele o intitula de Protestantismo da Reta Doutrina – PRD) cultiva o medo de modo peculiar. Primeiramente, para tais Igrejas, o ser humano é um peregrino, que passa sua vida para decidir seu destino eterno após a morte. Por esse motivo, viver é “estar a caminho” (Idem) e estar a caminho é negar ao espaço e ao tempo o caráter de lugar de plenitude. A vida é um ainda-não, que acena para o outro mundo como sentido da finitude na Terra. Daí a conclusão: “O mundo não é lar nem destino”. (Ibidem, p. 165). Nada

nesta vida, portanto, é definitivo; nada é decisivo enquanto se vive no espaço e no tempo. Decisivo é o *post mortem*. Ela revela a condenação ou a salvação. Dessa forma, é preciso temer; é preciso sentir a cada momento o perigo da condenação. Isso equivale a dizer que tudo e todos, enquanto estão sob a condição espaço-temporal, são fontes de suspeita, são possíveis lugares de tentação. Isso equivale a dizer que não é possível confiar plenamente nas criaturas, seja nos outros humanos, nas outras criaturas, assim como em si mesmo. Tudo e todos podem ser veículos de pena. “Por essa razão o protestantismo tem sido extremamente zeloso em afirmar as *penas eternas*”. (Ibidem, p. 168). Ora, nesse caso, trata-se de um medo que depende da transcendência tanto divina, quanto do Céu e do Inferno. Não parece ser essa transcendência o sentido do medo pentecostal e neopentecostal, ao menos no que concerne à produção hegemônica discursiva do medo.

O escopo tradicional dos discursos pentecostais e neopentecostais produtores de medo depende diretamente da conhecida teologia da prosperidade. (Cf. CUNHA, 2007). Dito de modo resumido e propositalmente esquemático, a teologia da prosperidade imanentiza o sentido escatológico da bênção divina e interpreta o processo salvífico de Deus por meio de um código moral rígido sustentado por um dualismo que beira – se não se identifica inteiramente – ao maniqueísmo. Doença, pobreza, sofrimento, depressão, tristeza, isto é, males econômico-sexuais-psíquicos são signos de maldição, atuação diabólica e/ou ausência divina. Não é somente o Céu a meta e o sentido da mensagem pentecostal e neopentecostal. Antes disso, são os signos de “abundância” na Terra que antecipam e atualizam a glória celeste.

(Cf. ALVES, 2004). Em verdade, estes são os alvos preferenciais de tais narrativas. Por isso, o medo daí decorrente refere-se também às ameaças terrenas. Contudo, o perigo não é tanto a condenação, ou seja, o Inferno; o perigo é viver fora da abundância: ter um filho gay, ser pobre, ter uma doença incurável etc. Disso decorrem as práticas persecutórias dessas Igrejas. Deve-se perseguir o demoníaco, para que a vida tenha abundância.

O tipo evangélico pode ser caracterizado, em seus traços centrais, como aquele que se determina por meio de um conjunto de procedimentos persecutórios, que visam a negar todas as formas de existência (conceitos, instituições, valores ético-políticos etc.) “mundanas”. Esta negação é condição de possibilidade de estruturação e perpetuação do tipo existencial evangélico. O sentido último de tal tipo vital é a abundância, seja ela transcendente (Céu) ou mesmo imanente (bens na Terra). Contudo, a disposição afetiva do medo mobiliza práticas persecutórias de todos aqueles e aquelas que apareçam como perigo para aquisição da abundância (salvação) almejada. Negar todo modo de ser perigoso para a aquisição de abundância – eis a “lógica” existencial do tipo evangélico. Exatamente por isso o tipo vital é essencialmente ressentido.

Deve-se constatar, a partir do que fora dito, que a política evangélica é visceralmente ressentida. Ela exige, necessita, procura por aquele/a que ela mesma elege como opositor, inimigo. Ela tem que ter um inimigo para poder negá-lo. Sem essa negação por princípio, a política evangélica não tem como dizer ao que veio, não consegue afirmar a si mesma. Como esses inimigos são sinais da atuação do demônio (quando não são o próprio demônio), então, pode-se dizer que sem demônios não há política

evangélica. Nietzsche certamente diria que a política evangélica no Brasil participa do que chamou de “moral escrava” (NIETZSCHE, 2005, I, §10). Esta se caracteriza, dentre outras coisas, por nascer de um “não”, uma recusa “a um ‘fora’, um ‘outro’, um ‘não-eu’” (Idem). Não se trata de dizer “não” a um indivíduo diferente de si mesmo. Para Nietzsche, ‘escravo’ não é uma classe social, mas um tipo vital, um modo de ser. O escravo diz “não” a um tipo vital radicalmente diferente do seu: o senhor. Se este se caracteriza, dentre outros aspectos, sobretudo por dizer um triunfante “sim” a uma vida criativa, singular e aberta à impermanência (na linguagem de Nietzsche, isso seria o *devir*), o escravo já nasce da negação de toda forma de existência autoafirmativa. O “não” do escravo produz um tipo de vida em dissonância com o caráter afirmativo do próprio viver, legitimando, dessa forma, uma forma de vida contrária à própria vida. Em outros termos, ser escravo é viver a vida reativamente; é cultivar um eterno voltar-se contra todos os modos de a vida se afirmar criativamente, incomparavelmente. Inverter o tipo senhorial é o que faz do escravo quem ele é. Daí Nietzsche afirmar: “Esta inversão do olhar [do senhor] que estabelece valores [sentidos estruturadores da vida] – este necessário dirigir-se para fora, em vez de voltar-se para si – é algo próprio do ressentimento: a moral escrava sempre requer, para nascer, um mundo oposto e exterior, para poder agir em absoluto – sua ação é no fundo reação”. (Idem). Sem oposição reativa a formas de vida irreduzíveis à sua, os evangélicos brasileiros não conseguem ser como são. Isso marca indelevelmente a política evangélica em nosso país.

Ressentida, a política evangélica precisa procurar aqueles/as a quem *deve* se opor. Ela *deve* inverter o que encontra como

dissonante. Mais que isso. Ela *precisa* combater e anular o que vê. Nietzsche diria que seu ressentimento participa do que chamou de “rebelião escravo na moral” (Idem), que acontece quando o ressentimento escravo começa a produzir valores, ou seja, a disseminar culturalmente sentidos existenciais para a condução dos indivíduos, instituições, grupos, religiões etc. Dessa forma, o ressentimento se torna destrutivo, combativo. Não se trata de um conflito semelhante ao dos desportistas, onde a oposição é lugar de intensificação da performance de cada um. A oposição ressentida é aniquiladora. Justamente isso permeia e estrutura a política evangélica no Brasil. Todos os grupos acima citados (LGBTNQIs, negras, negros, feministas) já aparecem sob o modo da negação reativa/ressentida. Por isso, devem ser negados, rejeitados. Mas, sua negação não se reduz à violência física.

O ressentimento faz a violência aparecer sob formas diversas. Por vezes, as formas são sutis. Negação dos “espaços” de florescimento de valores, formas de vida, modos de experimentar, desejar e pensar a existência diferentes dos seus. Daí o impedimento da PL 122/6, das leis e medidas políticas que atendam demandas das pautas das minorias. Daí a máscara de amor a esses “pecadores”, apesar da rejeição de suas reivindicações e direitos. O que importa é preservar a hegemonia de seus valores e anular a visibilidade de valores destoantes. Marcelo Crivella, bispo da Igreja Universal e atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro, não liberou qualquer verba da prefeitura para organização dos cultos da umbanda no réveillon de 2018, mas repassou cerca de meio milhão de

reais para a arquidiocese da Igreja católica do Rio de Janeiro, em 2017, além de aparelhar a prefeitura com pastores, pastoras e membros de igrejas evangélicas, sobretudo a sua. Chegou também a fechar, por tempo indeterminado, a casa do jongo da Serrinha, sinal claro de discriminação de uma manifestação cultural de matriz africana. Por outro lado, declarou ser a Igreja Universal do Reino de Deus uma entidade de utilidade pública, possibilitando, assim, que ela consiga verba pública para realizar seus projetos particulares.<sup>4</sup>

Não possibilitar que o outro seja quem ele é – eis uma parte considerável da estratégia política evangélica, que retrata claramente sua estrutura ressentida. O outro que não pode ser é aquele contra o qual a política evangélica tem que se posicionar, para conquistar assim sua “identidade evangélica”. Por um lado, esse ressentimento lamenta o aumento vertiginoso de crimes motivados por ódio religioso; por outro, porém, ele fortalece a disseminação dessa prática que parece lamentar. O mesmo acontece com o aumento dos crimes por LGBTfobia. Essa mescla hipócrita de lamento e corroboração nada mais é que um sinal visível da presença da violência no ressentimento político evangélico. Por isso tudo, deve-se dizer que a política evangélica é marcadamente ressentida. O ressentimento atua na promoção de existências encarceradas na reatividade da qual tiram seus valores centrais.

### Considerações finais

A política ressentida evangélica atravessa, atualmente, uma diversidade de espaços do tecido cultural brasileiro. Levando em conta, como assinalado na

<sup>4</sup> Uma boa matéria sobre esse assunto encontra-se em <http://www.esquerdadiario.com.br/Crivella->

[corta-subsidio-e-casa-do-Jongo-da-Serrinha-e-fechada](#). Acessado dia 01/07/2018.

introdução, a noção foucaultiana de poder, que desdobra em muito o conceito central de vontade de poder que condiciona o conceito nietzschiano de ressentimento, é possível dizer que a política evangélica não somente nasce de um tipo vital ressentido, como também – e sobretudo – exerce um tipo específico de poder, que cada vez mais possui papel relevante na estabilidade cultural do país. Isso implica em dizer que o ressentimento evangélico produz e condiciona subjetividades, isto é, subjetiva indivíduos, determinando seus modos de ser. Tal subjetivação, seguindo Foucault e Butler, fabrica sujeição, ou seja, existências controladas, normatizadas, mansas. Daí o perigo da política evangélica. Daí o perigo do ressentimento político que atravessa as práticas político-religiosas evangélicas. Por um lado, é preciso que se reconheça o caráter antidemocrático da política evangélica. Por outro, é necessário pensar em formas de resistência à violência inerente a tal política.

As resistências possíveis ao ressentimento político evangélico não são monolíticas, tampouco unilaterais e homogêneas. Não é aqui o lugar para se detalhar ou mesmo identificar a diversidade dessas formas. Contudo, que se destaque um elemento comum à maioria delas, a saber, a produção de visibilidade do direito de ser de formas de vida irreduzíveis ao tipo evangélico. Essas formas de vida são alvos de investidas do ressentimento evangélico. Por isso, são subalternizadas, invisibilizadas ou mesmo anuladas. Produzir formas de visibilidade daquilo que é apropriado com o claro intento de ser invisibilizado – eis um aspecto importante na prática de resistência às investidas da política do ressentimento

evangélica.<sup>5</sup> Isso implica em outra questão, a saber, produzir lugares de fala para a autoafirmação dos grupos silenciados pelo tipo evangélico. LGBTNQIs, candomblecistas, umbandistas, ateus, feministas, isto é, minorias em geral devem ter seus lugares de fala e o direito a aparecerem na confecção do tecido político-social da cultura. Daí a tarefa de lutar pela implementação de políticas públicas que salvaguardem os direitos e a legitimidade de seus respectivos modos de ser. Há ainda a necessidade de se lutar contra diversas outras desigualdades sociais das quais se nutre o tipo evangélico (sobretudo a produção discursiva da teologia da prosperidade) e sua política ressentida, o que deve ser realizado ulteriormente. Importa, contudo, deixar claro que talvez essa resistência necessária, a contragosto das instituições evangélicas, já tenha um dia sido realizada paradigmaticamente, a saber, na luta político-teológica dos reformadores do século XVI. A resistência exercida na matriz do protestantismo é certamente uma das fontes inspiradoras da atual e necessária resistência à práxis política evangélica.

#### Referências

- ALVES, Rubem. Dogmatismo e tolerância. São Paulo: Loyola, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Religião e repressão*. São Paulo: Loyola, 2005.
- ARENDDT, Hannah. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Corpos em aliança: notas para uma teoria performativa da assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

<sup>5</sup> Estamos pensando, aqui, em algo parecido com o que Butler fala sobre a relação entre política de

gênero e o direito a aparecer. Cf. BUTLER, 2018, cap. I.

CASANOVA, Marco. *A falta que Marx nos faz*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2017.

CUNHA, Magali do Nascimento. *A explosão gospel: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LUTERO, Martinho. *A liberdade do cristão*. São Paulo: EdUnesp, 1998.

LUTERO, Juninho. “Matéria prima original”. In: <https://www.lettras.mus.br/juninho-lutero/materia-prima-original>. Acessado dia 1/07/2018.

MENDONÇA, A. G. *O celeste porvir: a implantação do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1984.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. *Além do bem e do mal – Prelúdio a uma Filosofia do Futuro*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PASCHOAL, Edmilson. *Nietzsche e o ressentimento*. São Paulo: Humanitas, 2014.

VIEIRA, Willian; MARTINS, Rodrigo. “De grão em grão”. In: *Revista Carta Capital*, Ano XVIII, número 745, 2013.

#### Sites

<http://www.esquerdadiario.com.br/Crivella-corta-subsidio-e-casa-do-Jongo-da-Serrinha-e-fechada>.

<https://www.lettras.mus.br/juninho-lutero/materia-prima-original>.

Recebido em 2018-07-05

Publicado em 2018-07-06